

Povoação Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1 a 3
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Povoação Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Povoação Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Povoação Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante para continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia ainda se encontra em fase pré-operacional, não apresentando, até 31 de dezembro de 2021, receitas em seu resultado, sendo dependente do suporte financeiro de seus sócios de forma a permitir a conclusão do seu plano de investimentos e início das operações para os projetos em andamento. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Nossa opinião não contém modificação com relação a este assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não ter nenhuma alternativa real para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, são livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos a evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existem incertezas relevantes em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existem incertezas relevantes, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluirá modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de forma compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das atividades que constatarem significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

Povoação Energia S.A.
Balços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2021
Circulante			Circulante		
Caixa e Equivalente de caixa	6	3.085	Fornecedores	9	63
Tributos a recuperar		38	Dividendos Propostos	12.d	14
Outros créditos		<u>6</u>	Tributos a recolher		23
		3.129	Outros passivos	10	<u>29</u>
					129
Não circulante			Não circulante		
Instrumento financeiro Derivativos	7c	172.234	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	<u>58.560</u>
Imobilizado	8	<u>196.244</u>			58.560
		368.478	Patrimônio líquido		
			Capital social	12	199.200
			Outros Resultados Abrangentes	7c	113.674
			Reserva Legal	12.a	3
			Dividendos adicional Proposto	12c	<u>41</u>
					312.918
		<u>371.607</u>			<u>371.607</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Povoação Energia S.A.
Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021
Despesas gerais e administrativas	13	(53)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>(53)</u>
Receita financeira		93
Despesa financeira		<u>-</u>
Resultado financeiro	14	93
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>40</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	<u>18</u>
Lucro líquido do exercício		<u>58</u>
Prejuízo por Ação (Básico e diluído) – em R\$		0,00

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Povoação Energia S.A.
Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021
Lucro líquido do exercício		58
Derivativo (Hedge) líquido dos efeitos tributários	7.1.c	<u>113.674</u>
Resultado abrangente total		<u><u>113.732</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Povoação Energia S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social Subscrito	Reserva Legal	Ajuste de Resultados abrangentes	Dividendos Adicionais Propostos	Prejuízos Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020		-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	12	281.800	-	-	-	-	281.800
Capital a integralizar	12	(82.600)	-	-	-	-	(82.600)
Lucro líquido do exercício	12.a	-	-	-	-	58	58
Outros resultados abrangentes	7.1.c	-	-	113.674	-	-	113.674
Constituição de reserva	12.b e c	-	3	-	41	(44)	-
Dividendos mínimos	12.d	-	-	-	-	(14)	(14)
Em 31 de dezembro de 2021		199.200	3	113.674	41	-	312.918

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Povoação Energia S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício		58
Ajuste		
IR e CSL Diferido	11	18
(+) Variações nos ativos e passivos		
Tributos a recuperar		(56)
Outros créditos		(6)
Fornecedores	9	63
Tributos e contribuições sociais a recolher		23
Outros passivos	10	29
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>129</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	8	(196.244)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		<u>(196.244)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de Capital	12	199.200
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		<u>199.200</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		3.085
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u><u>3.085</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Povoação Energia S.A.. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro. Seu controlador é o Vulcan Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo de investimento em participações, gerido pelo BTG Pactual Gestora de Investimentos Alternativos Ltda.

A Companhia foi constituída em 18 de agosto de 2021, e através da Resolução autorizativa nº 10.875 de 05/11/2021 quando obteve a autorização de implantar e explorar a Central Geradora Termelétrica - UTE Povoação 1, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizada no município de Linhares, no estado do Espírito Santo.

A Povoação Energia S.A., foi vencedora do Leilão Emergencial para implementação do projeto de geração de energia, conforme Procedimento Competitivo Simplificado – PCS nº 1/2021 – ANEEL, destinado a contratar energia de reserva, nos termos das diretrizes estabelecidas na Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 17 de setembro de 2021.

A Companhia será constituída de 8 unidades geradoras, totalizando 74.960 kW de capacidade instalada, e 72.000 kW médios de garantia física de energia, utilizando gás natural como combustível.

A energia gerada pela UTE será distribuída por meio de linha de transmissão com 57 Km de extensão, em 138 kV, para a interligação da UTE Povoação 1 à SE Linhares, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

A estrutura de capital para garantir a totalidade dos recursos relativo aos gastos de formação do ativo imobilizado, será em torno de R\$ 352.622 Mil a ser aportado pelo controlador Vulcan Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

O Grupo Wärtsilä será responsável pelo fornecimento e montagem dos equipamentos.

A administração acredita que a Companhia iniciará suas atividades operacionais em 2022.

1.1 Impactos do Covid-19 nas Demonstrações Financeiras

Constituída em 18 de agosto de 2021 e autorizada pelo Procedimento Competitivo Simplificado – PCS nº 1/2021 – ANEEL, com a proposta da entrada total das Unidades Geradoras (UGs) em operação em 01 de maio de 2022. O cronograma de construção foi estabelecido, considerando os protocolos necessários, dado o impacto da COVID-19.

No tocante ao capital humano da Povoação Energia S.A., foram adotadas as seguintes ações:

- (i) monitoramento contínuo de nossos colaboradores e de seus familiares;
- (ii) substituição das reuniões físicas por videoconferências e audioconferências;
- (iii) campanhas internas de conscientização e orientações de higienização, lavagem frequente das mãos, cuidados ao tossir e ao espirrar e evitar aglomerações;

- (iv) reforço na limpeza e higienização dos ambientes da usina e escritório;
- (v) fornecimento de álcool em gel de bolso, máscaras e luvas para todos os colaboradores;
- (vi) fixação de dispenser de álcool em gel em pontos estratégicos da usina e do escritório administrativo;
- (vii) Fixação de mensagens em locais visíveis aos colaboradores sobre a prevenção e cuidados contra o Coronavírus.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e a Lei das S.A – e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2022.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem o maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4 Ativos e Passivos Financeiros

Ativos Financeiros

2.4.1 Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros é de acordo com o CPC 48 / IFRS9, sendo baseado no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

2.4.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o ativo tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

2.4.3 Mensurados ao custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.4.4 Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não identificou nenhuma perda (*impairment*) a ser reconhecido no resultado do exercício.

Passivos Financeiros

2.4.5 Classificação e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR) caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

Ativos e Passivos financeiros derivativos

2.4.6 Classificação e mensuração

A Companhia mantém os ativos e passivos financeiros derivativos para assegurar suas exposições ao CDI, visto que nossas operações são mantidas e atualizadas pelo IPCA.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

A Companhia utiliza ativos e passivos financeiros derivativos, como swaps de moeda e contratos a termo de commodities, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio e riscos de preço de commodities, respectivamente. Esses ativos e passivos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor de custo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

A Companhia utiliza Swaps de moedas como hedge de sua exposição ao risco de moeda estrangeira em compromissos firmes, bem como contratos futuros de JKM (Japan-Korean Marker) para sua exposição à volatilidade nos preços de compra de Gás Natural.

Diante do compromisso firme da compra de Gás Natural, a Companhia entende e considera o risco agregado de fluxo de caixa na cobertura do passivo em JKM e o SWAP de USD para R\$ como sendo sua exposição final em moeda local R\$, sendo que, para fins de contabilidade de hedge, os referidos instrumentos de proteção são designados exclusivamente considerando os elementos a termo como, sendo os efeitos reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Desta forma, a Companhia considerou uma estratégia de designação combinada de “hedge accounting” considerando ambos os instrumentos derivativos (contratados a cobertura dos riscos agregados), fazendo, portanto, a designação do Cash Flow Hedge em cima do Fair Value Hedge (designações em camadas).

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo as questões qualitativas). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade.

Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge;

O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica; e

O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a Entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

O montante registrado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado nos períodos durante os hedges forem liquidados.

2.5 Imobilizado

Terreno, máquinas e equipamentos, custos financeiros e custos gerais com a construção da planta, compreendem o custo de construção da usina termelétrica.

2.6 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.7 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.8 Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa para contribuição social e sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

2.10 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

a. Perda (*impairment*) estimada de ativos não financeiros

Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia analisou e não identificou nenhum indicativo de *impairment*.

4 Novas Normas e interpretações ainda não efetuadas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a. Alteração em pronunciamentos contábeis em vigor

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b. Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2022

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento, não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

a. *Risco de Crédito*

A Companhia no exercício de 2021 não possui operações que a leve ao risco de crédito pois, encontra-se na fase pré-operacional.

b. *Risco de liquidez*

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

c. *Risco de taxas de juros*

A Companhia não está exposta ao risco em que uma variação de taxa de juros provoque um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

d. *Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores*

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

e. *Valorização dos ativos e passivos financeiros derivativos*

Os ativos e passivos financeiros derivativos são mensurados pelo Valor Justo e registrados por Outros Resultados Abrangentes.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras sociedades do setor, a Companhia monitora o capital com base no nível de endividamento. Este é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

Os índices do endividamento em 31 de dezembro de 2021 pode ser assim sumarizados:

	31/12/2021
Montante total de dívida (passivo circulante acrescido de passivo não circulante)	<u>58.689</u>
Total do patrimônio líquido	<u>312.918</u>
Índice de alavancagem financeira	<u><u>0,19</u></u>

5.3 Ativos e Passivos financeiros por categoria

	<u>2021</u>	
	Valor	Valor
Ativos Financeiros		
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Contábil	Justo
Caixa e equivalente de caixa	3.085	3.085
	<u>3.085</u>	<u>3.085</u>
Passivos Financeiros		
Mensurados pelo custo amortizado	Contábil	Justo
Fornecedores	63	63
	<u>63</u>	<u>63</u>

5.4 Avaliação dos ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários são classificados como nível 2.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve ativos e passivos financeiros alocados ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

5.5 Análise de sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela Administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2021.

2021					
Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI	Aplicações financeiras	3.025	2,42% 73	4,42% 134	6,42% 194

6 Caixa e equivalente de caixa

31/12/2021

Bancos	60
Aplicação Financeira - Compromissada - CDB/LCA	3.025
	3.085

7 Instrumentos Financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de câmbio e de variação do JKM relacionados ao compromisso firme decorrente do contrato de fornecimento de Gás Natural, os quais estão gerenciados com instrumentos derivativos.

A estratégia de gerenciamento de risco da Companhia aplicável aos saldos consolidados é descrita na nota técnica nº 2.4.6.

7.1 Derivativos designados como instrumentos de hedge

a. Risco de preço de hedge e de JKM

A Companhia possui contrato firme de compra de Gás Natural cujo preço é denominado em JKM. A instabilidade no preço do JKM levou à decisão de firmar contratos a termo de JKM, que se iniciaram em novembro de 2021 e deverão reduzir a volatilidade atribuível às flutuações de preço do JKM. A cobertura da volatilidade dos preços das compras previstas de JKM está de acordo com a estratégia de gerenciamento de risco aprovada pelo Conselho de Administração.

É importante ressaltar que a Companhia adota um intervalo de cobertura que visa sempre absorver eventuais oscilações de demanda de mercado, evitando qualquer posição *overhedge* e especulativa.

Dada a existência da relação econômica entre os itens protegidos por hedge e os instrumentos de hedge, uma vez que os termos dos contratos a termo de commodities correspondem aos termos do contrato de compra de Gás Natural (termos críticos). A Companhia estabeleceu um índice de cobertura de hedge de 1:1 para as relações de hedge, já que o risco subjacente dos contratos a termo de JKM são idênticos aos componentes de risco protegidos.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía em aberto 41 contratos de SWAP, com valor nominal total de R\$ 1.432.195, com vencimentos entre julho de 2022 a novembro de 2025.

b. Risco de USD e Hedge das operações de Swap

As operações de SWAP de USD para R\$, remuneradas a uma taxa de juros fixa mais variação do IPC-A, farão uma relação de hedge entre o agregado da exposição para JKM denominado em USD e os Swaps para R\$ mais juros.

Da mesma forma como ocorrido na designação dos NDFs de JKM, como os Swaps são vinculados, existe uma relação econômica entre os itens protegidos por hedge e os instrumentos de hedge, uma vez que os termos dos contratos a termo de commodities correspondem aos termos do contrato de compra de Gás Natural (termos críticos). Da mesma forma, para testar a efetividade do hedge, a Companhia usa o método qualitativo, observando os termos críticos da operação.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía em aberto 41 contratos de SWAP, com valor nominal total de R\$1.461.549, com vencimentos entre julho de 2022 a novembro de 2025.

c. Operações em aberto (não liquidadas)

Os instrumentos financeiros de *hedge* da Companhia são contabilizados de acordo com os saldos apurados entre débitos e créditos (ativos e passivos). O impacto do hedge no balanço está demonstrado conforme a tabela abaixo:

	Classificação do <i>hedge</i> (a)	Valores nominais 31.12.2021
JKM	FV	182.376
Moeda estrangeira	CF	(7.252)
		175.124

(a) CF: *Cash Flow Hedge - Hedge de fluxo de caixa* | FV: *Fair Value Hedge - Hedge de valor justo*

Para as operações em aberto, a Companhia efetuou o cálculo do valor de mercado - MTM (*mark-to-market*). A Companhia adota para cálculo do valor justo a curva futura de mercado publicada pela Bloomberg no último dia útil de cada mês, revalorizando mensalmente todas as operações em aberto. O cálculo considera o valor futuro de cada operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para cada prazo negociado.

Valor justo		
	Classificação do hedge	Hedge ativo
	(a)	31.12.2021
JKM	FV	181.394
Moeda estrangeira	CF	(9.160)
Total		172.234
Circulante		-
Não Circulante		172.234

Os ajustes referentes aos contratos em aberto foram registrados conforme tabela abaixo:

<i>Hedge</i>	Saldos reconhecidos em ajuste de avaliação patrimonial em 31/12/2021
	31.12.2021
JKM	181.394
Moeda estrangeira	(9.160)
Saldo final	172.234
Saldo final líquido de impostos	113.674

d. Análise de sensibilidade dos derivativos

A Companhia adotou três cenários para análise de sensibilidade.

O cenário provável foi calculado baseado no valor de mercado que utiliza a curva futura publicada pela *Bloomberg* no último dia útil de cada mês, revalorizando mensalmente todas as operações em aberto.

O cálculo considera o valor futuro de cada operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para cada prazo negociado.

As cotações adotadas para o cenário provável foram as mesmas as divulgadas em 28 de fevereiro de 2022. Para o cálculo das operações de JKM e SWAP, foi considerada nos cenários possíveis e remotos a redução no preço de *commodities* de 25% e 50%, respectivamente, nos preços futuros das curvas futuras utilizadas no cenário provável.

A tabela abaixo demonstra os ajustes das operações de derivativos:

	Risco	No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Posição ativa			25%	50%
<i>JKM</i>	Queda do preço das commodities	880.428	1.100.535	1.430.696
<i>Hedge de moeda</i>	Queda da moeda	(142.567)	(178.209)	(231.671)

Ressalta-se que os instrumentos de derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção à exposição e os efeitos dos resultados das operações financeiras são acompanhados dos resultados inversos, no mesmo montante, das atividades operacionais da Companhia, uma vez que ela apresenta alto grau de efetividade em suas operações com derivativos.

e. Exposição

A tabela abaixo demonstra o efeito esperado das liquidações das operações de *hedge* quando dos seus vencimentos, considerando o seu valor justo, conforme cenário provável descrito no item Análise de Sensibilidade:

	2022	2023	2024	2025
EBITDA - Fechamento Contrato Hedge	28.078	36.912	43.467	44.026
EBITDA - Data Base 09.03.22 - 80%	29.402	37.532	41.438	41.381
EBITDA - Data Base 09.03.22 - 100%	30.420	39.027	43.052	43.327
EBITDA - Data Base 09.03.22 - 120%	31.438	40.597	44.764	45.371

8 Imobilizado

31/12/2021

Saldo inicial	-
Adição (a)	196.244
Saldo final	<u>196.244</u>

- a. A construção da usina termelétrica consumiu até 31 de dezembro de 2021, o total de R\$ 196.244 dos quais referem-se a: R\$ 191.676 (Contrato Wartsila), R\$ 3.828, (contrato de engenharia e Obra Civil), R\$ 450 (Terreno) e R\$ 290 (Diversos).

9 Fornecedores

31/12/2021

Serviço de transporte	63
	<u>63</u>

10 Outros Passivos

31/12/2021

Obrigações trabalhistas	29
	<u>29</u>

11 Imposto de renda e contribuição social diferido

Composição do imposto de renda e contribuição social passivos diferidos

	31/12/2021
Ajuste decorrente do Hedge	58.560
	<u>58.560</u>
<i>Efeitos no resultado</i>	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	40
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	13
Outros	<u>5</u>
Imposto de renda e contribuição social e diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa	18

12 Patrimônio líquido

O controle acionário da Companhia é o Vulcan Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia que adquiriu 100% das ações. Em 31 de dezembro de 2021 representada por 281.799.900 ações ordinárias nominativas.

	31/12/2021
Capital subscrito	281.800
Capital a integralizar	<u>(82.600)</u>
Capital Social	<u><u>199.200</u></u>

a. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% serão distribuídos como dividendos obrigatórios.
- Após qualquer retenção prevista no orçamento anual, o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

Qualquer valor distribuído aos acionistas que seja superior aos 25% dos dividendos obrigatórios deverão ser autorizados.

	31/12/2021
Lucro Líquido do Exercício	<u>58</u>
Constituição de Reserva Legal (5%)	<u>(3)</u>
Base de Cálculo dos Dividendos	55
Dividendos Intercalares	-
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>(14)</u>
Dividendos Adicionais Propostos	<u>41</u>

b. Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c. Dividendos adicionais

A Companhia destinou em 31 de dezembro de 2021 o valor de R\$ 41, como dividendos adicionais.

d. Dividendos mínimo obrigatório

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia destinou o valor de R\$ 14 para a conta de dividendos mínimos obrigatórios.

e. Outros Resultados Abrangentes

Refere-se ao valor presente dos hedge de fluxo de caixa para a proteção do contrato de compra futura do gás da operação.

13 Despesas Gerais e administrativas

	31/12/2021
Pessoal	(12)
Administradores	(25)
Serviços de terceiros	<u>(16)</u>
	<u>(53)</u>

14 Resultado financeiro

	31/12/2021
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicação	<u>93</u>
	<u>93</u>

15 Contingências

A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável

II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível

III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui contingências.

16 Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros era composta de :

Risco	Vigência	Importância segurada
Seguro Garantia a construção	01/11/2021 a 30/07/2022	1.000.000
Seguro Garantia Licitante	14/10/2021 a 07/01/2022	6.000.000

17 Eventos Subsequentes

Até o momento foram realizados R\$ 61.000 dos R\$ 82.000 de capital a integralizar, deliberado pela AGE de 3 de dezembro de 2021 e registrado em 31 de dezembro de 2021.

Marcelo Pedreira de Oliveira
Diretor Presidente

Edina Maria Andrade
Contador
CRC/RJ nº 082615/O-6